



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 371/2012

Altera os arts. 1º, 2º, 3º, 4º, e 6º e suprime os arts. 5º, 7º e 8º da Lei nº 17.052, de 23 janeiro de 2012, que dispõe sobre a prática de esporte de aventura no Estado do Paraná.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 17.052, de 23 de janeiro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º a promoção do turismo de aventura observará o disposto nesta Lei.

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se como turismo de aventura as atividades turísticas oferecidas comercialmente, usualmente adaptadas das atividades de aventura, que tenham ao mesmo tempo o caráter recreativo e envolvam riscos avaliados, controlados e assumidos.

§ 2º O turismo de aventura trata-se de atividade própria, distinta e decorrente dos esportes de aventura, os quais, por sua vez, devem ser regulados pelas respectivas Entidades Administrativas do Desporto de cada modalidade desportiva, respeitada a autonomia desportiva constitucionalmente garantida a tais entidades.”

Art. 2º O art. 2º da Lei 17.052, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A prática de turismo de aventura pautar-se-á pela preservação da integridade física de seus praticantes, observado

ainda o controle dos impactos da atividade sobre o meio ambiente e as comunidades envolvidas.”

Art. 3º O art. 3º da Lei nº 17.052, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º São requisitos para a promoção do turismo de aventura, nos termos da legislação em vigor:

I – autorização do órgão competente para a utilização de locais públicos ou privados para a realização da atividade;

II – responsabilização técnica de profissional habilitado para a atividade;

III – utilização de equipamento e técnicas adequadas à atividade;

IV – acompanhamento das atividades por profissionais habilitados;

V – prestação de primeiros socorros no local onde se realize a atividade, se necessário;

VI – condições de resgate da vítima, em caso de acidente.

Parágrafo único. Os equipamentos utilizados na prática de turismo de aventura devem apresentar certificado de qualidade expedido pelo órgão responsável em nível estadual, federal ou internacional – quando reconhecido pela Entidade Administrativa do Desporto da respectiva modalidade desportiva utilizada em tal prática turística”.

Art. 4º O art. 4º da Lei nº 17.052, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Fica o promotor de turismo de aventura obrigado a:

I – colher assinatura dos participantes em Termo de Conhecimento de Risco, no qual constem as obrigações da operadora, as características da atividade contratada e os riscos a ela inerentes;

II – divulgar publicamente, nos locais onde atue, as informações necessárias ao seguro desenvolvimento de suas atividades.”

Art. 5º O art. 6º da Lei nº 17.052, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Na prática do turismo de aventura deverão ser observadas, além do disposto na legislação pertinente e em seu regulamento, as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABTN.”

Art. 6º Ficam revogados os arts. 5º, 7º e 8º da Lei nº 17.052, de 2012.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 5/2013

Estabelece a política de proteção
ao idoso.

Art. 1º Ficam estabelecidas, na forma desta Lei, normas de proteção e defesa da pessoa idosa contra atos discriminatórios e de violência ou maus tratos a elas praticados no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo único. De acordo com o Estatuto do Idoso, entende-se como idosa a pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.

Art. 2º Constituem discriminação ao idoso os seguintes procedimentos vedados por esta Lei, entre outros:

I – impedir, dificultar, obstar ou recusar a livre locomoção em estabelecimentos de Administração Direta ou Indireta e das concessionárias de serviços públicos;

II – impedir, dificultar, obstar ou restringir o acesso às dependências de bares, restaurantes, hotéis, cinemas, teatros, clubes, centros comerciais e similares;

III – discriminar e fixar limite máximo de idade, inclusive para concursos, na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, ressalvados os casos em que a natureza do cargo exigir;

IV – induzir ou incitar à prática de atos discriminatórios;

V – veicular pelos meios de comunicação de massa, mídia eletrônica ou publicação de qualquer natureza a discriminação ou o preconceito;

VI – praticar qualquer ato relacionado à condição pessoal que cause constrangimento;

VII – ofender a honra ou a integridade física.

§ 1º Incide nas discriminações previstas nos incisos I e II a alegação da existência de barreiras arquitetônicas para negar, dificultar ou restringir atendimento ou serviço às pessoas protegidas por esta Lei.

§ 2º A ausência de atendimento preferencial ao idoso constitui prática discriminatória abarcada nos incisos VI e VII deste artigo.

§ 3º A prática dos atos dispostos no art. 2º desta Lei acarretará ao infrator a pena de multa a ser aplicada, correspondendo ao valor monetário equivalente a 3.000 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

§ 4º O Poder Público Estadual desenvolverá ações de cunho educativo e de combate à discriminação relativa à pessoa idosa, nos serviços públicos e demais atividades exercidas no Estado, conforme o disposto no art. 204, inciso I, da Constituição Federal e demais normas da legislação pertinente.

§ 5º Fundamenta-se no princípio de proteção à velhice, a organização da prestação dos serviços de assistência social no Estado, fornecida em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 3º É obrigatória a notificação compulsória de violência ou maus tratos a pessoas idosas pelos estabelecimentos de saúde localizados no Estado do Paraná.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – violência: a ação ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a uma pessoa, ocorrida em âmbito público ou doméstico;

II – violência física: a agressão ao corpo da vítima pelo uso da força do agressor, com ou sem o uso de instrumentos, como, entre outros, armas brancas ou de fogo, nela provocando morte ou queimadura, corte, perfuração, edema ou outras sequelas;

III – violência sexual: a situação em que a vítima é obrigada pelo agressor a manter relação sexual ou a praticar ato libidinoso, ou é objeto de comércio para fins de exploração sexual;

IV – violência psicológica a coação verbal ou o constrangimento que implique situação vexatória, humilhante, desrespeitosa ou desumana para a vítima.

§ 2º Os casos de violência são considerados de âmbito:

I – doméstico, quando ocorridos em família, em unidade doméstica ou qualquer outro ambiente, desde que o agressor conviva ou tenha convivido no mesmo domicílio que a vítima;

II – público:

a) quando praticados por pessoa que não se enquadre nas situações descritas no inciso I deste artigo;

b) quando praticados por agentes do poder público ou por estes tolerados, independentemente do local de ocorrência do fato.

§ 3º A notificação será emitida por médico e responsável pelo estabelecimento de saúde, devendo este encaminhá-la à delegacia do distrito policial competente, bem como ao Ministério Público do Estado do Paraná e para a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU, para que sejam tomadas as providências cabíveis.

§ 4º Os dados de violência constantes em arquivos serão confidenciais e somente poderão ser fornecidos:

I – ao denunciante, à vítima ou ao acompanhante desta, devidamente identificada, mediante solicitação por escrito;

II – à autoridade policial ou judiciária, mediante solicitação oficial;

III – à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU, encaminhados em boletim semestral, para elaboração e divulgação, por este órgão, de estatísticas semestrais relativas à violência contra o idoso.

§ 5º O descumprimento ao disposto neste artigo acarretará as seguintes penalidades aos estabelecimentos privados:

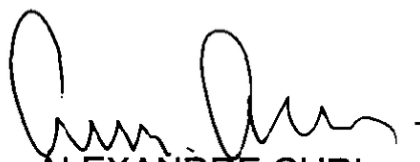
I – na primeira ocorrência, advertência confidencial, sendo exigida a comprovação, no prazo de trinta dias, da habilitação de seus recursos humanos em registro de violência;

II – no caso de persistir a irregularidade ou descumprimento do prazo estabelecido no inciso I deste artigo, será aplicada ao estabelecimento privado a multa de 3.000 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná);

III – multa, prevista no inciso anterior, a ser cobrada do estabelecimento privado em dobro nas reincidências subsequentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.



ALEXANDRE CURI

Presidente



Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº421/2013

Reverte ao patrimônio do Estado área do imóvel que específica, doado ao Instituto Paranaense de Cegos.

Art. 1º Fica revertido ao patrimônio do Estado a fração ideal de 25, 43%, correspondente a 12.310,40 m², do imóvel doado ao Instituto Paranaense de Cegos, situado no Campo Comprido, nesta Capital, conforme Transcrição nº 51.177 do Cartório de Registro de Imóveis da 6ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º A fração remanescente de 74,57%, correspondente a 36.089,60 m², permanecerá doada em favor do Instituto Paranaense dos Cegos, e será utilizada exclusivamente para o desenvolvimento de ações, atividades e instalações que beneficiem o referido Instituto.

Art. 3º Fica revogado o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.383, de 24 de setembro de 1990.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

ALEXANDRE CURÍ
Presidente

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 455/2013

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa de Nossa Senhora da Salette, realizada anualmente no dia 19 de setembro, no Município de Manoel Ribas.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Festa de Nossa Senhora da Salette, realizada anualmente no dia 19 de setembro, na Comunidade Barra de Santa Salette, situada no Município de Manoel Ribas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

Dois assinaturas manuscritas. A primeira é uma assinatura simples e fluida. A segunda é uma assinatura mais complexa, com muitos traços cruzados e repetitivos.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.
ALEXANDRE CURI
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 468/2013

Denomina Rodovia da Moda a
PR-317 no Município de Maringá.

Art. 1º Denomina Rodovia da Moda o trecho da PR-317 que liga o polo de shoppings de atacado até o Aeroporto Regional de Maringá, no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 2013.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.
ALEXANDRE CURI
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.
Relator

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 526/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Catanduvas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Catanduvas, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Avenida Presidente Kennedy, Avenida dos Pioneiros e Rua Melgaço, Lote 01-C-2, subdivisão do Lote nº 1-C, Quadra nº 09, Loteamento União, com área de 3.760,00 m², conforme Matrícula nº 10.674 do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com a cláusula de inalienabilidade, será usado pelo referido Município exclusivamente para abrigar o Memorial da Revolução de 1924.

Parágrafo único. O imóvel em questão reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 15 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 16/10/13

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 129/2013

Curitiba, 15 de outubro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 21 OUT, 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Catanduvas, do imóvel de propriedade do Estado do Paraná localizado na Avenida Presidente Kennedy, Avenida dos Pioneiros e Rua Melgaço, Lote 01-C-2, subdivisão do Lote nº 01-C, Quadra nº 09, Loteamento União, com área de 3.760,00 m², conforme Matrícula nº 10.674 do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que aquele Município utilizará o referido imóvel exclusivamente para abrigar o Memorial da Revolução de 1924.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade estabelecida e não efetue a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICH

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.035.981-9

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

21/10/2013 08:58:33 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 526/2013

Projeto de Lei nº 526/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 129/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Catanduvas.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 129/2013 visa efetuar a doação, ao Município de Catanduvas, do imóvel com área de 3.760,00m², localizado na Avenida Presidente Kennedy, Avenida dos Pioneiros e Rua Melgaço, Lote 01-C-2, subdivisão do Lote nº 1-C, Quadra nº 09, Loteamento União, conforme Matrícula nº 10.674 do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifo nosso)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Ademais o Art. 17, I, "b" da Lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas *f, h e i*;

(Redação dada pela Lei nº 11.952, de 2009).

(grifo nosso)

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se a possibilidade do retorno do imóvel doado, ao patrimônio do Estado, em caso de destinação diversa, conforme § 1º da referida Lei:

§ 1º Os imóveis doados com base na alínea "b" do inciso I deste artigo, cessadas as razões que justificaram a sua doação, reverterão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora, vedada a sua alienação pelo beneficiário. . (grifo nosso)

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

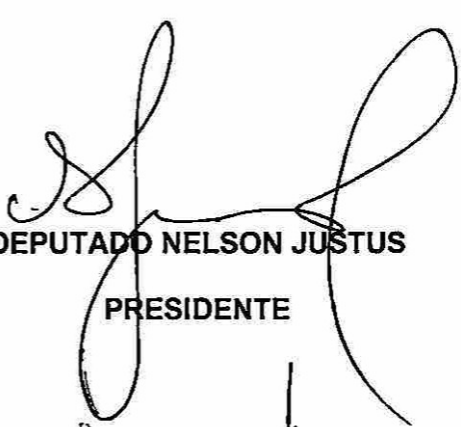
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE



DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

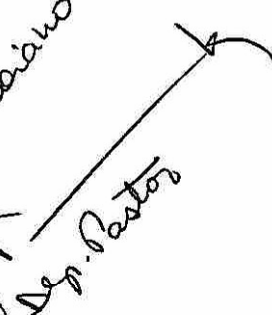

Dep. Scarpone


Dep. Pires


Dep. Champion


Dep. Turini

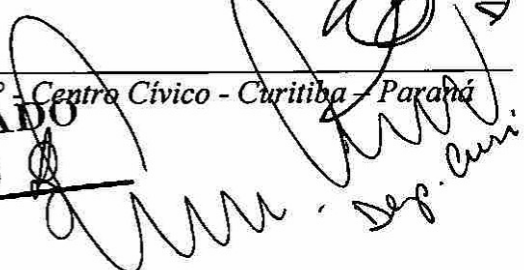

Dep. Cristiano


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

28/10/13


Dep. Curi



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de Cultura



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 526/2013

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Pedro Lupion

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Catanduvas".

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei em questão objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, ao município de Catanduvas.

Após análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do ilustre Deputado Nereu Moura, o Projeto foi aprovado ante a ausência de quaisquer vícios de ordem constitucional ou legal.

Desse modo, o Projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito, merecendo aprovação também nesta comissão, consoante se passará a demonstrar.

II – MÉRITO

O imóvel, localizado no município de Catanduvas, que é objeto de doação da presente mensagem, enviada pelo Poder Executivo, será utilizado exclusivamente para abrigar o Memorial da Revolução de 1924.

O espaço remete ao cenário da Revolução, um eixo temático de 1924, que vai desde a "Revolta da Chibata", até a consolidação da Democracia no Brasil, em 1988, com a Promulgação da Carta Magna.

A visita ao imóvel propicia uma verdadeira aula de cultura, resgatando o passado e fazendo com que os visitantes revivam momentos que fazem parte de nossa história.

Podem ser vistos no acervo: objetos, fotos e armas sucateadas que foram usadas tanto pelos soldados legalistas, quanto pelos tenentistas, uma vez que o Memorial não distingue vencidos e vencedores, mas a Revolução como um todo.

Neste contexto, o projeto em questão garantirá o acesso às fontes da cultura nacional que no Memorial são resgatadas, protegidas e divulgadas.

Os direitos culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil, encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988, devido à sua relevância como fator de singularização da pessoa humana.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Questão que se evidencia da leitura do art. 215 do texto Constitucional, *in verbis*:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme se verifica da simples leitura do dispositivo, caberá ao Estado garantir o acesso às fontes da cultura nacional.

Com isso, o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente na concretização das diretrizes previstas na Lei Fundamental por simbolizar a oportunidade de acesso à cultura.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.

Curitiba, 12 de novembro de 2013.


DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO


DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO


DEPUTADO CATO QUINTANA
MEMBRO


DEPUTADO WILSON QUINTERO
MEMBRO


DEPUTADO BERNARDO CARLÍ
MEMBRO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 526/2013

Projeto de Lei nº 526/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 129/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Catanduvas.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 526/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 129/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao Município de Catanduvas, Estado do Paraná, de área constituída de 3.760,00 m², localizado na Avenida Presidente Kennedy, Avenida dos Pioneiros e Rua Melgaço, Lote 01-C-2, subdivisão do Lote nº 1-C, Quadra nº 09, Loteamento União, conforme Matrícula nº 10.674 do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 526/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Catanduvas no Estado do Paraná, com a doação de um imóvel destinado exclusivamente para abrigar o Memorial da Revolução de 1924, um grande acervo cultural, que faz parte do desenvolvimento e da história do município.

O museu já implantado, possui um espaço de 800 m² e sua estrutura remete-se ao cenário da revolução iniciando pela sua parte externa, até chegar em sua parte interna com sua construção assimétrica e dividida em “Ordem” – que representa o antes, o durante e o depois da revolução. No local existem objetos, imagens, armas e outros itens valiosos da memória histórica de Catanduvas, que leva a população a uma viagem pela linha do tempo, a partir da República Velha até a redemocratização do País, com a promulgação da Carta



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Magna, sendo que este processo não contempla apenas a história de Catanduvas, mas sim a revolução como um todo e sua influência direta no País.

A revolução tenentista teve início no dia 05 de julho de 1924 em São Paulo, ocasião em que os revoltosos retiram-se para o Estado do Mato Grosso e posteriormente para o Paraná. A intenção dos "tenentes" era chegar à capital Paranaense via estrada estratégica que, posteriormente, tornou-se a BR 277. O Governo Federal organizou então o Exército com o objetivo de combater os revoltosos que se encontravam na localidade de Catanduvas e já haviam se apoderado da estação telegráfica local. Durante meses Catanduvas foi praticamente tomada e hoje esta revolução é um marco grandioso na história do município.

Assim, destacamos a preciosidade deste mérito analisado, lembrando que esta proposição já recebeu manifestação favorável da Comissão Temática de Cultura, vindo de encontro a grandes benefícios trazidos para a população ao ser analisada por esta Comissão. Um processo simples pelo bem comum e o interesse público meramente justificado em razão de sua grande importância histórica e cultural, relevando a importância de ser manter viva a identidade desse resgate e a história de um País. Conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 12º, no que diz respeito à competência do Estado e da União, que trabalham em parceria pelo bem comum:

Art. 12º É de competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

XII Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos. (...)

(Sessão II – Da Competência do Estado – Artigo 12 § III da Constituição do Estado do Paraná)

Desta forma julgamos importante e procedente a destinação desta área, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses de todos e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da preservação da identidade histórica do nosso País. Este será um investimento prioritário, que fortalecerá de forma direta a cultura e a projeção turística no município, com ganho voltado diretamente para a sua economia, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 526/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 129/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a cultura, a educação e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 526/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, em razão da preservação histórica no município. Esta proposição faz referencia a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Nereu Moura, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Catanduvas, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 526/2013**, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 18 de novembro de 2013.

Teruo Kato

Tercílio Turini

Francisco Buhrer
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão

Elton Welter

Jonas Guimarães

Adelino Ribeiro
ADELINO RIBEIRO
Relator

Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 557/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Alvorada do Sul.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a reversão, ao Município de Alvorada do Sul, do imóvel doado ao Estado do Paraná destinado à construção da Sede do Destacamento da Polícia Militar, constituído de uma área de 1.655,30 m², situada na Quadra nº 04 do Jardim Habitacional Rosa, Distrito e Município de Alvorada do Sul, conforme a Matrícula nº 6.797 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bela Vista do Paraíso.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para serviços públicos municipais e retornará ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

Art. 3º O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do referido bem, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 23 de outubro de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 138/2013

Curitiba, 23 de outubro de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 28 OUT 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em,

Presidente



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão, ao Município de Alvorada do Sul, do imóvel doado ao Estado do Paraná destinado à construção da Sede do Destacamento da Polícia Militar, constituído de uma área de 1.655,30 m², situada na Quadra nº 04 do Jardim Habitacional Rosa, Distrito e Município de Alvorada do Sul, conforme a Matrícula nº 6.797 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bela Vista do Paraíso.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que a referida área de terras será utilizada pelo Município exclusivamente para serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto e que o Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da referida área, caso contrário a mesma retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.999.198-6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 557/13

Projeto de Lei nº 557/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 138/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Alvorada do Sul.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO SUL. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ANÁLISE PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 138/2013, visa efetuar a doação ao município de Alvorada do Sul, do imóvel com área total de 1655,30 m², situado na quadra nº 04 do Jardim Habitacional Rosa, de Matrícula nº 6797, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bela Vista do Paraíso, de propriedade do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 301 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais; verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 301 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Praça Nossa Senhora de Salete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 301 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Gabinete Deputado Hermas Brandão Junior



Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Dep. Calvi

Nelson Justus
NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Dep. Secorvaca

Dep. Turini

Hermas Brandão Junior
HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR

Dep. Traiano

APROVADO

12.11.13

Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911

Gabinete 301 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170

Site: www.hermasbrandaojr.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br

Dep. Laurimon

Dep. Pastor
Dep. Faden



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 557/2013

Projeto de Lei nº 557/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 138/2013

Súmula: Objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica, ao Município de Alvorada do Sul.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 557/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 138/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a reversão do imóvel que especifica ao Município de Alvorada do Sul, no Estado do Paraná, de área constituída de 1.655,30 m², situado na Quadra nº 04 do jardim Habitacional Rosa, Distrito e Município de Alvorada do Sul, conforme Matrícula nº 6.797 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bela Vista do Paraíso-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 557/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Alvorada do Sul no Estado do Paraná, com a reversão de um imóvel que hoje está em Poderes do Estado, mas que passaria novamente ao comando do Município para fins de utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, que fortalecerá de forma direta o crescimento no



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no **Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 557/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 138/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;
(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, que obriga sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (**Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná**).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 557/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referencia a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Hermas Brandão Junior, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Alvorada do Sul, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo **Parecer Favorável** ao referido **Projeto de Lei 557/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 18 de novembro de 2013.*

Adelino Ribeiro
Francisco Buhrer
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Tercílio Turini
Elton Welter
Teruo Kato
TERUO KATO
Relator
Jonas Guimarães
Pastor Edson Praczyk



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 586/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que especifica ao Município de Guaratuba.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Guaratuba, do imóvel identificado como Lote nº 21 da Quadra nº 432-G, localizado na Rua Antônio Rocha, s/nº, naquele Município, sob a Matrícula nº 34.731 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2º O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde de Guaratuba.

Parágrafo único. O imóvel cedido reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

Art. 3º A presente cessão terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 07 de novembro de 2013.

FLÁVIO ARNS
Governador do Estado em exercício

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 11/11/2013

Presidente



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 149/2013

Curitiba, 07 de novembro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 11 NOV. 2013

Quanto Ribeiro
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso, ao Município de Guaratuba, do imóvel identificado como Lote nº 21 da Quadra nº 432-G, localizado na Rua Antônio Rocha, s/nº, naquele Município, sob a Matrícula nº 34.731 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais.

A presente medida consulta plenamente aos interesses públicos eis que o mencionado imóvel será utilizado exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde de Guaratuba.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com cláusula de inalienabilidade, que retornará ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra a finalidade prevista e que a cessão de uso terá vigência de cinco anos, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado em exercício

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.050.901-4



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 586/2013

Projeto de Lei nº 586/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 149/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão de Uso do imóvel que especifica ao município de Guaratuba.

EMENTA: CESSAO DE USO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE GUARATUBA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 149/2013, visa efetuar a cessão de uso ao município de Guaratuba, do imóvel correspondente ao Lote nº 21, da Quadra nº 432-G, da Rua Antonio Rocha, s/n, naquele Município, conforme Matrícula nº 34.731, do Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais, de propriedade do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, § 2º, I da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

§ 2º A Administração também poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se:

I - a outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, 12 de novembro de 2013.



NELSON JUSTUS
Presidente


FERNANDO SCANAVACCA
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

12.11.13 


Dep. Ruysson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 586/2013

Projeto de Lei nº 586/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 149/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Guaratuba.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 586/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 149/2013**, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Guaratuba, no Estado do Paraná, de área identificada como Lote nº 21 da Quadra nº 432-G, localizada na Rua Antônio Rocha s/nº, naquele Município, sob a Matrícula nº 34.731 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais-PR.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 586/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Guaratuba no Estado do Paraná, com a cessão de uso de um imóvel destinado exclusivamente para utilização da Administração Pública Municipal. A área a que se refere será destinada especificamente para uso da Secretaria Municipal de Saúde de Guaratuba, sendo que investimentos desta natureza atendem diretamente aos interesses dos moradores e prezam por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida e saúde da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com ações que fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O **Projeto de Lei 586/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 149/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de forma exclusiva ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a saúde, a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



586/2013, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Guaratuba, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 586/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 18 de novembro de 2013.*

Teruo Kato
Adelino Ribeiro
Tercílio Turini
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Elton Welter
JONAS GUIMARÃES
Relator
Pastor Edson Praczyk